

Opinião

Políticas agrícolas

e mostrarem a realidade ao Cade, que, por sua vez, espera que as informações cheguem para serem julgadas”.

O Cade faz parte de uma tríade de órgãos governamentais que formam o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), responsável pela promoção de uma economia competitiva.

Essa defesa ganhou maior importância quando da extinção dos monopólios estatais brasileiros de petróleo, comunicações e energia elétrica. E, especialmente, quando a economia brasileira se modernizou, abandonando definitivamente os instrumentos de controle de preços e apostando na concorrência e na integração competitiva como instrumento do desenvolvimento (Plano Real).

O presidente do Cade relembrou que, a partir de 1993, o órgão passou a ter uma nova atribuição e maior atuação. Explicou que passou a ter dois focos: o consumidor, com a preocupação de preservar e garantir os seus direitos, e também os fornecedores da indústria.

Ao analisar a fusão entre Perdigão e Sadia, que resultou na Brasil Foods, Badin assinalou que é preciso olhar o mercado com cuidado, já que a operação teve como objetivo a internacionalização e o fortalecimento das exportações. De acordo com ele, é preciso enxergar os mercados globais, mas que isso nunca signifique prejuízo ao consumidor nem ao produtor.

Na questão dos fertilizantes, Badin afirmou que a criação de uma estatal não é possivelmente a melhor solução e defendeu a reforma do atual Código Mineral Brasileiro. Na sua análise, compactuada pela Rural, a dependência do agro nacional de fornecedores internacionais é inaceitável. O País não pode manter suas jazidas esterilizadas, inexploradas.

Em relação à citricultura, o presidente do Cade disse que é a favor de um mecanismo como o Consecitrus e salientou que a sua criação não afeta procedimentos do Cade. ■



João Sampaio*

É PRECISO olhar mais de perto a eficácia do crédito agrícola para a classe produtora para o aumento da produção e, principalmente, da renda.

Um estudo do professor Mauro Lopes, da Fundação Getúlio Vargas, sobre os últimos dados do Censo Agropecuário Brasileiro 2006 dá subsídios para tentarmos medir a eficácia das políticas agrícolas, assim como para derrubar alguns mitos.

A contraposição entre agricultura familiar e agronegócio, alardeada por alguns setores, não se confirma quando comparamos os dados majoritários, assim como o mito de que a agricultura familiar é responsável pela maior parte da produção e do valor.

Os não enquadráveis dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), segundo o Censo, que representam 30,7% do total de estabelecimentos, têm uma participação relativa de 76,3% na geração do produto bruto da agropecuária brasileira. Os enquadráveis no Pronaf representam 64,4% das propriedades, e sua contribuição é de 22,9% do produto bruto.

Nessas informações há duas situações de análise. Primeiro, o percentual de valor bruto gerado pelos pequenos produtores é baixo. Se este segmento teve acesso a um crédito cada vez mais barato, o que explica que mesmo com aumento de

produção não houve ampliação do valor da produção? Qual a real eficácia desse tipo de política de acesso a crédito? Segundo, qual é o aumento de renda deste produtor, que, no final das contas, significa comprovar a eficácia dessa política de crédito?

De acordo com os números do Censo de 2006, aproximadamente 98,61% de todos os estabelecimentos brasileiros, tanto enquadráveis como não enquadráveis no Pronaf, registram receita bruta anual abaixo de R\$ 240.000,00, que é o teto de enquadramento da microempresa do setor urbano. Não houve também variação nesse valor entre as diferentes regiões do País, comprovando que o agronegócio é formado, em sua ampla maioria, de microempresas.

Se considerarmos o acesso ao crédito, recorde sucessivos de produção e produtividade, como é que a renda do produtor brasileiro continua nesse patamar? Será que estamos no caminho certo? Esta é a hora da análise. Aumento de produção e de produtividade não significa maior rentabilidade.

O setor precisa avaliar quais seriam as alterações necessárias para mudar este quadro, porque, se continuarmos neste patamar de retorno, a conta ficará no vermelho a cada duas ou três safras, vulnerável a qualquer oscilação de preço ou variação climática. O acesso ao crédito deve vir acompanhado da universalização do uso de seguro rural e dos instrumentos de proteção de renda, já disponíveis no mercado financeiro, seja na utilização direta dos dispositivos ou na relação com as *tradings* e cooperativas.

Como se vê, um olhar mais apurado dos números é capaz de ajudar na formulação de políticas públicas e também de desconstruir mitos que, de tão repetidos, podem se tornar verdades que nem sempre ajudam nas mudanças necessárias para o agronegócio e para o País. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo